

UMA VISÃO DA REVOLUÇÃO CUBANA DIANTE DO ENSINO BRASILEIRO E DE RAYMOND WILLIAMS

Caio Dias de Brito

Graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: Este artigo analisa como quatro livros didáticos ensinam a Revolução Cubana. Para facilitar a leitura foram elaborados dois capítulos: no primeiro serão trabalhados os autores Mario Schmidt, Elza Nadai e Joana Neves. Seus livros vão ser discutidos conforme a bibliografia disponível, a forma pedagógico-ideológica da apresentação do conteúdo, a visão do autor do trabalho, e, além disso, levará em conta três conceitos do sociólogo galês Raymond Williams (Ideologia, Hegemonia e Tradição Seletiva). Já no segundo repete-se o mesmo processo, mas agora com os autores Carlos Guilherme Mota, Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo.

PALAVRAS-CHAVE: Livros Didáticos, Revolução Cubana, Raymond Williams.

ABSTRACT: This article analyzes as four didactic books teach the Cuban Revolution. To facilitate the reading two chapters had been elaborated: in the first one the authors will be worked Mario Schmidt, Elza Nadai and Joana Neves. Its books go to be argued in agreement the available bibliography, the pedagogical-ideological form of the presentation of the content, the vision of the author of the work, and, moreover, it will take in account three concepts of the sociologist Welshman Raymond Williams (Ideology, Hegemony and Selective Tradition). No longer as process is happened again the same, but now with the authors Carlos Guillherme Mota, Cláudio Vicentino and Gianpaolo Dorigo.

KEY-WORDS: Didactic Books, Cuban Revolution, Raymond Williams.

Introdução

A Revolução Cubana é um processo histórico cujas 'possíveis origens' podem ser delineadas, mas quem as registra corre o risco de cair em erros. Expressões como 'origem'

e ‘começo’ são delicadas, pois de acordo com Marc Bloch, “*a própria noção desse ponto inicial permanece singularmente fugaz*” (BLOCH, 2002: 56)¹. De maneira simples pode-se dizer que desde que Cristóvão Colombo desembarcou em Cuba em 1492, a serviço da coroa espanhola, a ilha padeceria por 406 anos, explorada pelo colonialismo castelhano. Boa parte da América Central e do sul (exceto as Guianas e o Brasil) estava nas mãos do Império Espanhol, ávido por metais preciosos (ouro e prata).

Como é possível que tantos povos compartilhem um subdesenvolvimento crônico imposto por um único Império (o espanhol) e em apenas um deles ocorra uma revolução socialista?² Responder a essa pergunta complexa exige estudos que vão além dos objetivos deste trabalho. Mas existe uma solução simples que pode ajudar a esclarecer um pouco a questão: ao contrário dos países da América do Sul, Cuba quando se tornou independente em 1898, não deixou de ser uma colônia. Pois os EUA, cujo capitalismo evoluiu para imperialismo, continuou a extrair as riquezas da ilha, desenvolvendo a burguesia industrial estadunidense e sustentando uma pequena parcela de latifundiários cubanos.

As diferenças quanto à forma de governo são meramente superficiais. O Brasil era um Império e a Argentina uma República (no século XIX), por exemplo, porém ambos caminhavam na mesma trilha definida pelos senhores latifundiários e os capitalistas britânicos. Já Cuba era uma colônia disfarçada de ‘nação’, governada pelos EUA, que anexou uma emenda à Constituição da ilha em 1901 (Emenda Platt)³, que garantia diversos direitos aos estadunidenses, dentre eles a interferência dos fuzileiros navais (*marines*) quando a ‘desordem’ caísse sobre a *República Hemiplégica*⁴.

Pode-se argumentar que a América Central como um todo, e não somente Cuba, foi flagelada pelo imperialismo estadunidense, portanto nações hispano-americanas como Porto Rico e Panamá, sentiram os mesmos efeitos (subdesenvolvimento, miséria, opressão e submissão).

¹ Isso não significa que se deve deixar de escrever essas possíveis ‘origens’ da Revolução Cubana. A afirmação de Bloch é sábia, entretanto se faz necessário um ‘início’ ou ‘inícios’, senão não há trabalho. O medo de se produzir lacunas em qualquer estudo é inútil por ser algo inevitável. O Homo sapiens, ser imperfeito, de que maneira poderia almejar ‘a perfeição’ se o próprio conceito desta é plural? Sua condição de ser falível já é por si só um impedimento a esta busca.

² Em 1979 a Nicarágua presenciou o triunfo da Revolução Sandinista. Apesar de ela ter estatizado os bens da família Somoza e iniciado a reforma agrária, não se pode dizer que sua revolução foi socialista, porque ela preservou e estimulou as pequenas e médias empresas particulares.

³ A Emenda Platt foi criada pelo senador estadunidense Orville H. Platt, que a apresentou ao Congresso dos EUA a pedido do presidente Machkinley. Em 12 de junho de 1901 seria aprovada, por estreita maioria, como apêndice constitucional (BLANCO, DÓRIA, 1983: 19).

⁴ Expressão do historiador cubano Julio Le Riverend para caracterizar uma República cuja política era de “*prebendas e privilégios, antipopular e farisaicamente austera*” (RIVEREND, 1975: 67).

No governo de Fulgencio Batista, o mais famoso ditador cubano que mandava tanto direta como indiretamente, houve um incipiente desenvolvimento da indústria açucareira e o fim da Emenda Platt, possibilitando maiores liberdades para a burguesia cubana assentar seus negócios. Os latifundiários foram os primeiros a se beneficiarem com as medidas de Batista; já os trabalhadores rurais empregariam sua força de trabalho sem obterem um retorno satisfatório: “*haverá safra ou haverá sangue*”, sentenciou Batista (BATISTA, *apud* BLANCO, DÓRIA, 1983: 48).

Cuba vivia uma ditadura cuja corrupção e desrespeito aos cidadãos era tão grande, que até mesmo os homens de indústria acostumados a uma pequena lavagem de dinheiro, estavam assustados com as atitudes do coronel Batista. Tantos desmandos e sofrimentos acabaram culminando em uma revolução radical-democrática em 1959, que com o tempo transformou-se em um socialismo monopolista de Estado⁵.

Este foi um resumo básico dos caminhos que levaram Cuba à revolução. Sabe-se que ela foi e é um assunto polêmico, aprovada pelos marxistas e descartada pela burguesia. A posição da imprensa capitalista a respeito de Cuba é bastante conhecida: trata-se de uma ilha dominada por ditadores desumanos e antidemocráticos chamados Fidel e Raúl Castro, que há 51 anos mantém um governo ultrapassado e fracassado economicamente. Esta é uma visão bem parcial e caricata, que não é apresentada exatamente dessa forma, mas no fundo das palavras rebuscadas e polidas encontra-se justamente essa idéia. Os defensores da revolução vão ao outro extremo: Cuba é uma ilha presidida pelos maiores heróis revolucionários da História latino-americana, os irmãos Castro, que há 51 anos lutam contra o bloqueio e a opressão dos imperialistas ianques, inconformados com os avanços sociais cubanos.

E os livros didáticos? Como será que estes importantes materiais, que têm o poder de formar consciências, ensinam a Revolução Cubana no Brasil? Agora é chegado o momento de definir as razões deste artigo. Obviamente é impossível analisar todos os livros didáticos, então foram escolhidos quatro livros produzidos entre os anos de 1986 a 2007, todos relativos ao Ensino Médio: ‘História Moderna Contemporânea’, de Carlos Guilherme Mota; ‘História Geral: Moderna e Contemporânea’, de Elza Nadai e Joana Neves; ‘História para o ensino médio: História geral e do Brasil’, de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo; ‘Nova História Crítica: Volume ensino médio’, de Mario Furley Schmidt.

⁵ O Estado é o dono de todas as empresas cubanas, portanto ele monopoliza a economia da ilha, que é socialista.

Far-se-á a seguinte divisão: no primeiro capítulo serão trabalhados os autores Mario Schmidt, Elza Nadai e Joana Neves. Seus livros vão ser discutidos conforme a bibliografia disponível, a forma pedagógico-ideológica da apresentação do conteúdo, a visão do autor do trabalho, e, além disso, levará em conta três conceitos do sociólogo galês Raymond Williams (Ideologia, Hegemonia e Tradição Seletiva). Já no segundo capítulo repete-se o mesmo processo, mas agora com os autores Carlos Guilherme Mota, Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo. Nas Considerações Finais tem-se uma reflexão do trabalho.

Por que o autor escolheu trabalhar com a Revolução Cubana? E por que analisar quatro livros didáticos à luz de três conceitos de Raymond Williams? A resposta para o primeiro questionamento é simples: porque o tema é um divisor de águas na História latino-americana, e sua compreensão permite entender os motivos que tornam a ilha alvo de tantas polêmicas.

Quanto à resposta da segunda pergunta, faz-se necessário uma explicação complexa: os livros didáticos têm o poder de formar consciências, e embora não sejam determinantes e únicos nessa formação, seu estudo pode revelar o que se ensina e como se ensina. Seria trabalhoso, para não dizer impossível, analisar todos os temas históricos de quatro livros didáticos. Mas se engana quem pensa que investigar somente a Revolução Cubana seja algo fácil. Destrinchar esse processo complexo, extraindo dos autores suas convicções e matizes, gera polêmica e muitas lacunas, que um historiador sozinho não dá conta. Em minha pesquisa, não encontrei nenhum trabalho semelhante, o que me levou a concluir que este artigo serviria como um 'pontapé inicial' para outras dissertações. Achei uma tese de graduação que estudava a Revolução Cubana, mas os objetos de análise eram jornais, o que não me impediu de incluí-la na bibliografia.

Raymond Williams, conforme foi mencionado anteriormente é um sociólogo. O que não foi dito é que ele interpreta a cultura como uma força ativa e imprevisível, sendo assim, temos uma visão mais consistente da mesma, normalmente apresentada no dia-a-dia como uma coletânea de saberes ou algo restrito ao campo dos costumes e crenças. Suas palavras registram precisamente o que o presente parágrafo tentou explicar, e mostram a influência de sua procedência na construção de sua teoria:

Crescer naquela região era ver a formação de uma cultura e suas modalidades de mudança. De pé no alto das montanhas eu olhava para o norte e via as fazendas e a catedral, ou para o sul, e via a fumaça e o clarão das fornalhas que compunham um segundo pôr do sol. Crescer naquela família era ver a formação de modos de pensar: o aprendizado de novas técnicas, a alteração das relações, o surgimento de novas linguagens e idéias. Meu avô, um trabalhador calejado,

chorou em uma reunião da comunidade ao contar, preciso e emocionado, como tinha sido expulso pelo proprietário da fazenda da casa onde morava. Meu pai, não muito antes de sua morte, falava, calmo e contente, de como tinha fundado uma secção do sindicato e um grupo do Partido Trabalhista no povoado onde morava, e, sem amargura, dos “homens de rabo preso” da nova política. Eu uso uma linguagem diferente, mas penso nessas mesmas coisas... Usamos a palavra cultura nesses dois sentidos, para designar um modo de vida- os significados comuns- e para designar as artes e o aprendizado- os processos especiais de descoberta e esforço criativos. Alguns escritores reservam esta palavra para um ou para o outro desses sentidos: eu insisto nos dois e na relevância de sua conjunção. As perguntas que faço a respeito de nossa cultura são perguntas a respeito de nossos propósitos comuns e gerais mas também perguntas sobre significados pessoais profundos. A cultura é de todos, em toda sociedade e em todos os modos de pensar (WILLIAMS, 1958:04, apud. CEVASCO, 2001:118).

Segundo Maria Elisa Cevasco (2001), Williams nasceu em uma comunidade rural, em Pandy, na fronteira entre o País de Gales e a Inglaterra.⁶ Com o passar do tempo logrou uma bolsa de estudos na Universidade de Cambridge, e logo tornar-se-ia um docente. Escreveu obras como *O Campo e a Cidade*, *Cultura e Sociedade*, *A Grande Revolução*, *Marxismo e Literatura*, dentre várias. Este último livro mencionado é um de seus mais importantes trabalhos, e é nele que está os três conceitos (Ideologia, Hegemonia e Tradição Seletiva) que se encaixam a intenção deste artigo, como ficará claro nos capítulos seguintes.

Ensino da Revolução Cubana por Mario Schmidt, Elza Nadai e Joana Neves

Mario Furley Schmidt⁷ faz uso de uma bibliografia favorável à Revolução Cubana (exceto Jorge Castañeda), que, falando de forma geral, é bastante informativa e básica para quem está aprendendo este acontecimento e processo histórico. Autores como Abelardo Blanco e Carlos Dória (1983) e Emir Sader (1985) introduzem a Revolução Cubana na sua inteireza, mostrando sua complexidade e necessidade para a América Latina. Fernando Morais (1980), jornalista brasileiro que visitou oficialmente Havana no final dos anos 70, fez um relato entusiasmado sobre a ilha. Schmidt (2007) baseou-se em Eduardo Galeano (1990) consideravelmente, herdando deste polêmico jornalista uruguaio a admiração por Cuba e a linguagem irônica e direta. Jon Lee Anderson (1997) e Jorge Castañeda (2003)

⁶ CEVASCO, Maria Elisa. Questões de Teoria: O Materialismo Cultural. In: *Para Ler Raymond Williams*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001: 115-180.

⁷ As citações diretas e indiretas de Mario Schmidt possuem o seguinte detalhe: letras ‘a’ e ‘b’. A letra ‘a’ indica que a citação foi retirada do livro didático analisado neste artigo; já a letra ‘b’ indica que a citação foi retirada do Manual do Professor do livro didático em questão. Na bibliografia essas letras estão presentes. Essa ‘regra’ vale apenas para as citações diretas e indiretas de Schmidt; portanto, se ao lado da data não há nenhuma letra, é porque foi feita apenas uma menção ao nome do autor.

elaboraram biografias distintas sobre Che Guevara; o primeiro vendo-o como herói e o segundo como um ser contraditório.

Elza Nadai e Joana Neves contam com uma bibliografia muito mais extensa que a de Mario Schmidt, cujo peso está nos livros elaborados por historiadores (como Michael Lowy). Contudo, a despeito desse volume todo, só há uma obra que fala especificamente de Cuba: *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*, de Florestan Fernandes.

O que é surpreendente no livro didático das autoras em questão é a ausência de Che Guevara. Seu papel na revolução não foi evocado, nenhuma foto sua foi inserida, aliás, nem mesmo seu nome é citado.

Em relação à forma ideológica da apresentação da Revolução Cubana, Mario Schmidt (2007) destaca-se devido à sua ironia, condenando os EUA, zombando da burguesia cubana e desacreditando o capitalismo. As citações abaixo apresentam, respectivamente, os três pontos aqui delineados:

Nos anos seguintes, investidores norte-americanos tornaram-se proprietários de grande parte da economia: as usinas de açúcar, as plantações de fumo, as minas, as poucas fábricas, os hotéis, as lojas elegantes. A máfia norte-americana controlava o tráfico de drogas, os cassinos (casas de jogo) e a prostituição de luxo. Os ianques vinham aos montes, como proprietários, turistas ou militares. Os cubanos eram proibidos de ir às praias particulares, pois os donos estrangeiros não queriam se misturar com os negros e mulatos. Alguns norte-americanos se comportavam mal, bebiam, brigavam, debochavam dos cubanos, e não eram punidos pela polícia corrupta e subserviente. Para muitos patriotas cubanos, tudo aquilo era humilhante! Cuba tinha se tornado uma colônia sem ser chamada de colônia (SCHMIDT, 2007a: 803-804).

As classes dominantes cubanas ficaram apavoradas. Encheram as malas com dinheiro e fugiram para Miami (EUA), onde pediram providências contra Fidel Castro. A classe média também se acovardou, assustada com a possibilidade de o país se tornar uma "ditadura comunista". Lembre-se de que era o começo dos anos 1960, época dos fanatismos da guerra fria. No Brasil, a classe média também se assustava e pedia intervenção (que viria com o golpe de 1964). Mas ao contrário da classe média brasileira, a cubana pôde mudar para a Flórida. Cuba ficou quase sem médico, engenheiro e dentista (SCHMIDT, 2007a: 805).

A insatisfação existe, isso é inegável. Mais de 10% da população está exilada nos EUA. Foram para lá no começo dos anos 1960, quando a economia crescia e havia oportunidades para muitos. Talvez por isso muitos cubanos de hoje ainda imaginem que os EUA são a terra prometida onde qualquer um pode enriquecer com o trabalho. Em 1994, milhares de pessoas fizeram balsas pra escapar pra Flórida. Muitos cubanos acham que, se Cuba abandonasse o socialismo, os EUA investiriam bilhões de dólares no país e a situação melhoraria para todos. É possível que isso venha a acontecer. Cuba poderia se tornar quase tão próspera quanto a Flórida. Mas também se pode prever que Cuba ficaria parecida com a Jamaica ou o Haiti, onde boa parte da população não tem escolas nem médicos (SCHMIDT, 2007a: 808).

Schmidt (2007) tem uma visão parcial da História cubana, mas não apóia incondicionalmente o governo revolucionário: ele constrói um quadro que critica o *El Paredón* e enfatiza a inflexibilidade do regime de Fidel Castro:

Os revolucionários cubanos foram implacáveis com os partidários do regime ditatorial. Os corruptos, torturadores e figurões da tirania, julgados por tribunais populares, foram condenados à morte por fuzilamento, o famoso *El Paredón*. Uma revolução precisa se defender. Mas será que é preciso tanto rigor? Não seria possível outro tipo de justiça? Como a esquerda poderia ser contra a pena de morte e apoiar essas execuções? Até que ponto o rigor na perseguição aos criminosos do antigo regime não acaba dando poderes demais aos órgãos de repressão, germe da futura ditadura stalinista? (SCHMIDT, 2007a: 805).

No momento em que as esquerdas do mundo inteiro repensam as questões democráticas, o regime cubano parece rígido demais. É difícil aceitar o partido único e a imprensa que só apresenta a versão oficial dos fatos. Nem todos os opositores são agentes da CIA, mas levam vida difícil, vigiados de perto pela polícia (SCHMIDT, 2007a: 808).

O autor acha injustificável os revolucionários terem suprimido a miséria, e fazerem uso dela para endossar a carência de bens de consumo.⁸ É sabido que o bloqueio, reforçado pelos EUA graças às leis *Torricelli* e *Helms-Burton*⁹, causa transtornos à ilha desde que ela nacionalizou as empresas petrolíferas e usinas açucareiras estadunidenses no início dos anos 60. Isso é um crime contra Cuba, ainda mais porque suas riquezas por muito tempo abasteceram os mercados estadunidenses, e a revolução não serve de justificativa para condenar ao sofrimento um povo. Aliás, segundo a imprensa ocidental capitalista, o problema dos cubanos não é o embargo, e sim a falta de 'liberdade' da população. Quanto a essa questão da *freedom*, valor tão caro aos estadunidenses, Kathy Lory lung D'Ávila faz a seguinte reflexão:

[...] Assim, gostaríamos de encerrar este capítulo com uma questão que deixaremos em aberto: se todos os povos, como publicou-se e continua-se publicando até hoje nos jornais, querem a tal "liberdade" para o povo cubano através da derrubada de Fidel Castro, porque que este mesmo povo, que tem uma história de luta e de vitórias tão grandes, não organiza-se novamente como o fizeram na década de 50 e tomam o poder no país? Se os cubanos estivessem

⁸ SCHMIDT, Mario Furley. A América Latina no Século XIX. In: *Nova História Crítica: volume ensino médio*. São Paulo: Editora Nova Geração, 2007a: 796-822.

⁹ Segundo Ignacio Ramonet (2006), "a lei *Torricelli* de 1992 impedia o comércio entre filiais estadunidenses em outros países e Cuba, e também sentenciava que navios que entrassem em portos cubanos com fins comerciais, ficariam 180 dias proibidos de adentrar em portos dos EUA ou de seus domínios. Já a lei *Helms-Burton* de 12 de março de 1996 versava sobre os 'direitos das pessoas atingidas pela Revolução Cubana', e previa sanções contra aqueles que negociassem com Cuba" (RAMONET, 2006: 561).

realmente e totalmente insatisfeitos, porque não derrubam Fidel Castro do poder?
(D'ÁVILA, 2004: 71).

Elza Nadai e Joana Neves (1989) possuem uma ideologia que difere da de Mario Schmidt em certos pontos: enquanto este se interroga a respeito dos caminhos seguidos por Cuba, aquelas vêm na revolução “uma luta por liberdade e distribuição mais equitativa da riqueza, sendo essas as metas principais e não as divergências entre liberais e comunistas” (NADAI, NEVES, 1989: 255). A linguagem das autoras é convencional, sem gírias nem piadas (ao contrário de Schmidt), e elas dão destaque ao fato de que inicialmente Cuba não se tornou socialista, pois as reformas radicais tinham um caráter nacionalista e antiimperialista: segundo o historiador Michael Lowy, “só se pode falar em socialismo na ilha quando a burguesia e os latifundiários são expropriados” (LOWY, 1980, apud. NADAI, NEVES, 1989: 254). Schmidt (2007) também defende esta postura, e seus escritos convergem com os de Nadai e Neves (1989) quando acredita que os EUA foram os responsáveis pela aproximação de Havana e Moscou a partir de 1961. O jornalista Tad Szulc (1987), polonês que trabalhou para o *New York Times* e foi favorável aos estadunidenses, vê essa idéia com desprezo porque “nunca a superpotência americana poderia aceitar um movimento revolucionário que não pudesse manipular, e Fidel Castro estava resoluto em completar a implantação do marxismo-leninismo na ilha” (SZULC, 1987: 562-563). Ou seja, seria enganoso imaginar que se não houvesse o radicalismo da Guerra Fria, Cuba não trilharia um caminho radical.

A pedagogia de Mario Schmidt (2007) pode ser considerada uma ‘faca de dois gumes’: ao mesmo tempo em que ela faz os alunos compreenderem a Revolução Cubana e o papel da esquerda de um modo mais racional, sem aqueles preconceitos divulgados regularmente pela imprensa, a escrita do autor impele os leitores desprevenidos a aprovar sem críticas a revolução e refutar qualquer argumento contrário. Schmidt (2007), no manual do professor, justifica-se afirmando que a História Tradicional, centrada em fatos, heróis, homens e guerras, com seu positivismo, está ultrapassada, e que os estudantes precisam conhecer o lado dos ‘vencidos históricos’: mulheres, camponeses, escravos, culturas não-européias, socialismo, anarquismo, etc. Defende também sua linguagem simples, dizendo: “Como é que alguém pode ter coragem de escrever um livro para adolescentes, ainda no começo da sua vida intelectual, com uma linguagem apropriada às teses de doutorado?” (SCHMIDT, 2007b: 13). E mais: relata seu incentivo ao ‘espírito crítico’, sempre colocando perguntas e divagações que dirigem os alunos a buscarem suas próprias respostas e idéias.

Mario Schmidt está certo em relação à linguagem, pois é possível ser ‘simples’ sem ser ‘simplório’, e muitas vezes a escrita rebuscada parece esconder uma vaidade de alguém que acredita que ser incompreensível é ser sábio. E não são todos os jovens que querem ser historiadores, então por que tornar a História difícil? Uma característica marcante do autor é que suas ‘perguntas críticas’ levam o adolescente, e em especial a criança, a concordarem com ele no final. Por exemplo:

Não são os heróis que fazem a história. Mas a luta de um povo por sua liberdade também é a luta pelos direitos do indivíduo. Inclusive o direito de ser único, especial. Talvez não lutemos mais como Che Guevara lutou. Mas o sonho, bem, este sonho de justiça teria acabado? (SCHMIDT, 2007a: 807).

Che Guevara, a despeito das inúmeras biografias que fazem ele de santo a pecador, é uma figura histórica de uma moral sólida, e nem seus inimigos podem apontar alguma falha ou atitude que manche sua reputação. É óbvio que Guevara não era perfeito, mas foi um dos poucos homens que tiveram um ideal e viveram conforme esse ideal, sem nenhuma hipocrisia. A citação abaixo deixa claro o caráter do guerrilheiro:

[...] deixaria de ser revolucionário se deixasse de cumprir nem que fosse uma só das minhas obrigações e dos meus deveres conjugais só porque gosto das mulheres [...] Eu trabalho entre 16 e 18 horas diárias, durmo seis horas quando consigo [...] Não bebo, mas fumo. Não tenho tempo para diversões e estou convencido de que tenho uma missão no mundo, e que devido a essa missão devo sacrificar a vida doméstica [...] e todos os prazeres da vida diária (GUEVARA, 1961, apud. TAIBO II, 2008: 355).

Schmidt (2007) o edifica como herói, mas esse não é o ponto a ser destacado e sim o ‘sonho’ que o autor considera importante. Qual sonho? Ora, o sonho de Che: o comunismo, a formação do ‘homem novo’, a construção dos ‘vários Vietnãs’. O estudante não muito atento vai compartilhar de algo que nem tem certeza se faz parte de suas futuras aspirações. ‘Sonho de justiça’ é algo relativo, pois não são todos os jovens que identificam a justiça com o ideal de Karl Marx. Quem lê Schmidt pode com a experiência descobrir que é um burguês, e sentir vergonha de sua condição social. Contudo, há vários caminhos para a justiça, várias maneiras de se pensar, e nem Schmidt ou Guevara são mestres a serem louvados sem questionamento.

Quanto à pedagogia de Nadai e Neves (1989), ela se limita em ensinar a Revolução Cubana pela ótica da luta de classes e a luta contra o imperialismo, sem fazer uso de

recursos que convençam o aluno da infalibilidade da teoria de Marx, como faz Mario Schmidt. A citação a seguir mostra as autoras discorrendo sobre Cuba antes da revolução. Nota-se que elas relataram a dominação dos EUA secamente, sem aquela ‘emoção’ que caracteriza Schmidt (comparar com as citações do autor nas páginas 06 e 07):

A independência de Cuba do domínio espanhol, em 1898, não significou sua libertação dos laços coloniais e sua autonomia. A Emenda Platt, aprovada em 1901, estabeleceu a tutela norte-americana sobre a ilha, pois fixava a cessão de uma faixa de terra necessária ao estabelecimento de uma base naval (Guantánamo, existente até hoje), o direito de intervenção para manutenção da ordem e concessões para exploração de carvão (NADAI, NEVES, 1989: 254).

Somente em um único parágrafo do capítulo dedicado à Revolução Cubana percebem-se os sentimentos das autoras, que nesse ponto, aproximam-se de Schmidt (comparar novamente com as citações do autor nas páginas 06 e 07):

Essa tutela política reforçou a subordinação econômica aos capitalistas norte-americanos, que controlavam a produção e a comercialização dos principais artigos do país, com destaque para o açúcar. Havana tornou-se o paraíso do turismo norte-americano; o jogo e a prostituição imperavam enquanto a maioria da população padecia de fome, na miséria e no analfabetismo (NADAI, NEVES, 1989: 254).

Agora é a hora de relacionar os três conceitos de Raymond Williams (Ideologia, Hegemonia e Tradição Seletiva) aos autores analisados neste capítulo. Isso não quer dizer que *todos* os conceitos serão encaixados em *todos* os autores. Por exemplo: o conceito de Tradição Seletiva não será trabalhado em Elza Nadai, Joana Neves, Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo porque não foram descobertos pontos interessantes em seus livros didáticos para sustentar um diálogo com Williams. Por outro lado, o livro de Mario Schmidt permitiu não só um debate com o sociólogo galês, mas também demonstrou ser rico em exemplos que dão veracidade à Tradição Seletiva de Williams. O autor deste artigo em nenhum instante pretende desmerecer as obras de certos autores e engrandecer às de outros. Vale ressaltar também que não é pelo fato de um determinado conceito não ser estudado em um autor, não significa que este produziu um livro nulo em situações que confirmem o tal conceito. Quando for o momento certo de se explicar o que é Tradição Seletiva, ficará óbvio para quem lê que o conceito abarca *toda* a nossa sociedade. Portanto, há Tradição Seletiva em Elza Nadai, Joana Neves, Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo. No entanto o autor do artigo não conseguiu encontrá-la nesses livros. Por essa razão é que

nas Considerações Finais se esclarece o caráter simples desta publicação, que necessita de novas pesquisas para se desenvolver.

Continuando, Williams critica a separação entre a ideologia e a vida material, assim como a idéia de que a ciência por basear-se no empirismo, é ‘verdadeira’, enquanto a ideologia, produto de pura ‘abstração’, não passa de uma ‘falsa consciência’.¹⁰ Na obra *A Grande Revolução*, Williams condena outra dualidade, que não está muito distante da primeira demonstrada acima: a divisão entre arte e realidade. Segundo o autor não há uma realidade tal como é, objetiva, na qual basta abrir os olhos para vê-la. Em pleno acordo com a sentença do professor J.Z.Young (“*Nosso cérebro cria literalmente nosso próprio mundo*”), Williams afirma que devemos “aprender a ver”, e que a dita ‘realidade’ compartilhada pelos seres humanos não passa de uma interpretação construída de acordo com certas regras humanas. A experiência humana é ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, em um só processo inseparável. E a arte não é uma realidade superior nem uma ficção inferior, é uma percepção, uma interpretação¹¹.

Atando os nós, podemos dizer que as ideologias são interpretações da vida material, assim como a vida material pode nos ensinar muito sobre as ideologias. De certa forma este artigo seguiu esse pensamento de Williams ao analisar não somente as idéias dos autores, mas também a maneira de escrever a Revolução Cubana. Os caracteres fazem parte da vida material, e ainda que tenham sido estudados de forma incipiente e obviamente pré-selecionados pelo autor do trabalho, o importante mesmo foi mantê-los em sintonia com as ideologias dos autores.

De acordo com Williams, a hegemonia jamais pode ser individual porque suas estruturas internas são sumamente complexas. E ela não se resume à dominação pura e simples, nem à passividade de quem a suporta: é continuamente renovada, recriada, defendida e modificada, e pode absorver elementos da contracultura para sua própria sobrevivência. O que não impede o surgimento de rupturas e transtornos pré-revolucionários que desafiem a hegemonia estabelecida¹².

Elza Nadai, Joana Neves e Mario Schmidt são autores que através de suas obras didáticas causaram uma ruptura na hegemonia capitalista: teceram críticas contundentes a este sistema, colocaram a luta de classes como o eixo da História, e utilizaram e aceitaram

¹⁰ WILLIAMS, Raymond. Ideología. In: *Marxismo y literatura*. Traducción de Pablo di Masso. Barcelona: Ediciones Península, 1988: 71-89.

¹¹ WILLIAMS, Raymond. La Mente Creativa. In: *La Larga Revolución*. Traducción de Horacio Pons. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2003: 19-50.

¹² WILLIAMS, Raymond. La hegemonia. In: *Marxismo y literatura*. Traducción de Pablo di Masso. Barcelona: Ediciones Península, 1988: 129-136.

a expressão 'imperialismo'. A grande diferença entre o livro didático de Elza Nadai e Joana Neves, e o de Mario Schmidt, está na maneira de ver a Revolução Cubana e escrever sobre ela: enquanto as autoras redigiram um texto convencional sem nenhuma crítica ao fato histórico, Schmidt faz uso de uma linguagem repleta de gírias e ironias, criticando a existência de um partido único em Cuba, a censura à imprensa e a burocratização da sociedade.

Segundo Williams, uma ruptura dentro de uma condição social específica pode ficar fadada ao isolamento¹³, como deve ter acontecido com a obra de Elza Nadai e Joana Neves: não foram encontradas polêmicas relacionadas às autoras. Já Mario Schmidt, devido ao seu estilo irreverente, conseguiu chamar a atenção do diretor geral do jornalismo da Rede Globo, Ali Kamel, que em um artigo intitulado *O que Ensinam às Nossas Crianças*, sentenciou que o exemplar da 8ª série¹⁴ de Schmidt era um 'veneno' para a infância, uma péssima obra que demonizava o capitalismo e era indulgente com tiranos como Stálin e Mao Tsé-Tung:

Não vou importunar o leitor com teorias sobre Gramsci, hegemonia, nada disso. Ao fim da leitura, tenho certeza de que todos vão entender o que se está fazendo com as nossas crianças e com que objetivo. O psicanalista Francisco Daudt me fez chegar às mãos o livro didático "Nova História Crítica, 8ª série" distribuído gratuitamente pelo MEC a 750 mil alunos da rede pública. O que ele leu ali é de dar medo. Apenas uma tentativa de fazer nossas crianças acreditarem que o capitalismo é mau e que a solução de todos os problemas é o socialismo, que só fracassou até aqui por culpa de burocratas autoritários. Impossível contar tudo o que há no livro. Por isso, cito apenas alguns trechos.

Sobre os motivos da derrocada da URSS: "É claro que a população soviética não estava passando fome. O desenvolvimento econômico e a boa distribuição de renda garantiam o lar e o jantar para cada cidadão. Não existia inflação nem desemprego. Todo ensino era gratuito e muitos filhos de operários e camponeses conseguiam cursar as melhores faculdades. (...) Medicina gratuita, aluguel que custava o preço de três maços de cigarro, grandes cidades sem crianças abandonadas nem favelas... Para nós, do Terceiro Mundo, quase um sonho não é verdade? Acontecia que o povo da segunda potência mundial não queria só melhores bens de consumo. Principalmente a intelligentsia (os profissionais com curso superior) tinha inveja da classe média em desenvolvimento dos países desenvolvidos (...) Queriam ter dois ou três carros importados na garagem de um casarão, freqüentar bons restaurantes, comprar aparelhagens eletrônicas sofisticadas, roupas de marcas famosas, jóias. (...) Karl Marx não pensava que o socialismo pudesse se desenvolver num único país, menos ainda numa nação atrasada e pobre como a Rússia czarista. (...) Fica então uma velha pergunta: e se

¹³ WILLIAMS, R., Op. Cit: 136.

¹⁴ Na Introdução foi escrito que todos os livros didáticos que seriam discutidos eram do Ensino Médio, e assim foi feito. No entanto é necessário abrir uma exceção ao exemplar da 8ª série de Schmidt, devido à polêmica causada. Vale ressaltar que o estilo e a bibliografia do autor são iguais tanto no livro da 8ª série quanto no do Ensino Médio.

UMA VISÃO DA REVOLUÇÃO CUBANA DIANTE DO ENSINO BRASILEIRO E DE RAYMOND
WILLIAMS – por Caio Dias de Brito

a revolução tivesse estourado num país desenvolvido como os EUA e a Alemanha? Teria fracassado também?”.

Esses são apenas alguns poucos exemplos. Há muito mais. De que forma nossas crianças poderão saber que Mao foi um assassino frio de multidões? Que a Revolução Cultural foi uma das maiores insanidades que o mundo presenciou, levando à morte de milhões? Que Cuba é responsável pelos seus fracassos e que o paredão levou à morte, em julgamentos sumários, não torturadores, mas milhares de oponentes do novo regime? E que a URSS não desabou por sentimentos de inveja, mas porque o socialismo real, uma ditadura que esmaga o indivíduo, provou-se não um sonho, mas um pesadelo?.

Nossas crianças estão sendo enganadas, a cabeça delas vem sendo trabalhada, e o efeito disso será sentido em poucos anos. É isso o que deseja o MEC? Senão for, algo precisa ser feito, pelo ministério, pelo congresso, por alguém¹⁵.

Esses foram exemplos claros da reação de uma hegemonia ferida por uma ruptura. Entretanto, Schmidt não ficou passivo: em uma carta que se tornou pública, rebateu as acusações de Kamel, afirmando que o jornalista não leu o livro didático com atenção, e por isso não percebeu que ele denunciou os assassinatos de Stálin e Mao:

Compreendemos que o sr. Ali Kamel, que ocupa cargo executivo de destaque nas Organizações Globo, possa ter restrições às posturas críticas de nossa obra. Compreendemos até que ele possa querer os livros didáticos que façam crer “que o socialismo é mau e a solução para tudo é o capitalismo”. Certamente, nossas visões políticas diferem das visões do sr. Ali Kamel e dos proprietários da empresa que o contratou. O que não aceitamos é que, em nome da defesa da liberdade individual, ele aparentemente sugira a abolição dessas liberdades.

Ele escolheu os trechos que revelariam as supostas inclinações stalinistas ou maoístas do autor de *Nova História Crítica*. Por exemplo, omitiu partes como estas: “A URSS era uma ditadura. O Partido Comunista tomava todas as decisões importantes. As eleições eram apenas uma encenação (...) Quem criticasse o governo ia para a prisão (...) Em vez da eficácia econômica havia mesmo era uma administração confusa e lenta (...) Milhares e milhares de indivíduos foram enviados a campos de trabalho forçado na Sibéria, os terríveis Gulags. Muita gente foi torturada até a morte pelos guardas stalinistas...” (pp.63-65).

Ali Kamel perguntou por onde seria possível as crianças saberem das insanidades da Revolução Chinesa. Ora, bastaria ter encontrado trechos como estes: “O Grande Salto para a Frente tinha fracassado. O resultado foi uma terrível epidemia de fome que dizimou milhares de pessoas (...) Mao (...) agiu de forma parecida com Stálin, perseguindo os opositores e utilizando recursos de propaganda para criar a imagem oficial de que era infalível”. (p.191) “Ouvir uma fita com rock ocidental podia levar alguém a freqüentar um campo de reeducação política (...) Nas universidades, as vagas eram reservadas para os que demonstrassem maior desempenho nas lutas políticas (...) Antigos dirigentes eram arrancados do poder e humilhados por multidões de adolescentes que consideravam o fato de a pessoa ter 60 ou 70 anos ser suficiente para ela não ter nada a acrescentar ao país...”

¹⁵ KAMEL, Ali. *O que Ensinam às Nossas Crianças*. Disponível em: {<http://www.viomundo.com.br/arquivo/contraponto/o-que-ensinam-as-nossas-criancas/>}. Acesso em: 16 jul.2010.

(p.247). Os livros didáticos adquiridos pelo MEC são escolhidos apenas pelos professores das escolas públicas. Não há interferência alguma de funcionários do Ministério¹⁶.

Esse embate entre hegemonia *versus* ruptura fez proliferar na Internet diversas opiniões sobre o ocorrido. Kamel foi muito criticado, mas Schmidt também não escapou ileso. Algumas pessoas demonstravam ter profundo conhecimento sobre os pormenores desse duelo da esquerda contra a direita, reprovando tanto Kamel quanto Schmidt. Já outras simplesmente acatavam o artigo de Kamel sem nunca terem lido Schmidt, assim como houve muitos que aprovaram o livro em questão. Como se pôde perceber, a hegemonia não é absoluta e tampouco a ruptura. Não é só a hegemonia que se renova e é renovada, mas também a ruptura:

Italo Drago- <http://italodrago.spaces.live.com> (11/04/2008- 16:13)

Sou professor de História, me formo este ano e já usei como aluno e uso às vezes como professor os livros do Mario Schmidt. O Kamel queimou o exemplar da 8ª série porque em várias partes o autor falava mal da Globo... Vocês podem achar que o livro é sarcástico, mas é o único que foge dos padrões de livros de História que se encontram no mercado hoje. Outra coisa: a editora que publicou o livro (Nova Geração) não pertence a nenhuma empresa estrangeira, e o Kamel tem parte em ações da empresa espanhola que comprou a brasileira IBEP. E mais: se você pegar um exemplar da 7ª série, você vai encontrar a comparação da linguagem de um livro didático da década de 60 e ver quão preconceituosa era a História que era contada sobre alguns mitos nacionais, como o líder da Balaiada.

E mais: lendo esses livros pude esclarecer algumas dúvidas sobre a História que meus professores na universidade nunca me explicaram, como o fato de a CLT, quando criada por Getúlio, só valia para os trabalhadores da zona urbana, que na época eram somente 40% da população nacional, sendo que os 60% restantes na zona rural continuaram sem nenhuma garantia, sendo daí a grande polêmica sobre o que se fala de "flexibilizar" a CLT.

Quanto às "defesas" dos regimes socialistas, o autor deixa bem claro sempre ao fim de cada capítulo os motivos de muitas delas ruírem. Ler o artigo com fragmentos do livro que o Kamel selecionou e criticar o autor é fácil, quero que vocês leiam o livro e depois tirem suas conclusões...

José Adailton (01/04/2008- 15:58)

Ensinar ideologia a criança é uma aberração de educadores irresponsáveis. Não há ponderação no mundo que justifique o fuzilamento de pessoas. Sob Stálin, Mao e outros "socialistas" morreram milhares. O comunismo e o capitalismo têm seus defeitos e suas qualidades as quais sob este prisma é que se deveria contar a história das ideologias de direita e esquerda. Omitir os assassinatos de Stálin e Mao põe por terra a honestidade desses educadores fajutos. Eles quiseram mostrar aos estudantes infantis um horizonte de esperança e felicidades. Falsidades que tão somente trarão desenganos às gerações do futuro. É sabido que o Estado totalitário e o capitalismo selvagem são opções deficientes e injustas ao bem estar social. A correção deste rumo incerto só poderá ser corrigido pelas

¹⁶ SCHMIDT, Mario Furley. *O livro didático que a Globo quer proibir*. Disponível em: {http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=23791&id_secao=10}. Acesso em 17 jul.2010.

pessoas íntegras e não por regimes políticos. Ética, honra, trabalho e solidariedade são a única solução para um mundo melhor.

Conceição Oliveira (parte 1) (01/04/2008- 10:55)

História é feita de recortes, sempre. Esse não é o problema, o problema está em não explicitar quais são os recortes feitos e por que foram feitos.

De fato o texto do Schmidt é muito caricato, mas a análise de Kamel também o é. E os determinismos apontados por Kamel no livro de Schmidt é um dos seus menores problemas. Há outros muito mais sérios que fizeram o livro ser reprovado, mas Kamel nem tem competência para fazer essa análise e nem interesse para se esforçar em fazê-la, porque a noção de História em Kamel também é bastante limitada.

Schmidt é um dos autores mais caricatos que temos e ganhou fama na década de 1990, batendo em cachorro morto. Os monarquistas irritados com as piadas de mau gosto que ele fazia na Nova História Crítica o processou, ele vendeu milhares de exemplares com essa polêmica. Mas seu livro estava morto em 2007 e Kamel fez o desserviço de alçá-lo novamente na agenda.

O livro em questão passou na primeira avaliação (no governo de FHC); na segunda foi aprovado com ressalvas (governo Lula) e na última foi reprovado (governo Lula).

Kamel finge ignorar tudo isso.

Mas o mais grave dessa polêmica mais recente é a imprensa do estilo Kamel se arvorar como competente para fazer a crítica de materiais didáticos [...]¹⁷

O que devemos compreender segundo Williams, não é precisamente uma tradição, e sim uma ‘Tradição Seletiva’: uma versão intencionalmente seletiva de um passado configurado e de um presente pré-configurado, que resulta então poderosamente operativo dentro do processo de definição e identificação cultural e social.¹⁸ Grande parte do artigo de Ali Kamel era composto por trechos recortados do exemplar didático *Nova História Crítica: 8ª série*, de Mario Schmidt. Juntos, esses fragmentos davam embasamento às preocupações de Kamel, ainda que de forma frágil. O jornalista desprezou, por exemplo, parágrafos nos quais Schmidt criticou Stálin, e deu atenção a outros nos quais o autor ressaltou a melhoria da qualidade de vida do povo russo graças à economia planificada do regime soviético. Partindo desse ponto, Kamel rotulou Schmidt de ‘stalinista’, implicitamente.

É de praxe para a imprensa conservadora brasileira discorrer somente sobre aspectos defeituosos de fatos históricos como a Revolução Russa e Cubana, que naturalmente ela não pode concordar devido ao seu apoio sutil ao capitalismo. Esses ‘aspectos defeituosos’ são, comprovadamente, a ausência de um regime pluripartidarista, o domínio do Estado sobre a população, os *gulags* no caso soviético e o *El Paredón* no caso cubano, falta de liberdade de imprensa, etc. O jornalismo de direita, predominante no Brasil,

¹⁷ *Últimos Comentários*. Disponível em: {<http://www.viomundo.com.br/arquivo/contraponto/o-que-ensinam-as-nossas-criancas/>}. Acesso em: 17 jul.2010.

¹⁸ WILLIAMS, Raymond. Tradiciones, instituciones y formaciones. In: *Marxismo y literatura*. Traducción de Pablo di Masso. Barcelona: Ediciones Península, 1988: 137-142.

omite em suas notícias todo um passado conturbado que produziu uma revolução, na qual julgam através dos acontecimentos do presente e de acordo com as prerrogativas de seus diretores. Cuba é um grande exemplo disso. Até agora, pelo o que se sabe, não há nenhuma notícia vinda da imprensa dominante sobre Cuba que relata os tempos da dominação estadunidense sobre a ilha, as humilhações impostas através da Emenda Platt, os bastidores da construção da base naval de Guantánamo, e por aí vai. Só se fala do governo de Fulgencio Batista, que surpreendentemente é tachado de ‘ditatorial e corrupto’, o que é verdadeiro. Mas por que é incrível a imprensa de direita tachar dessa forma um governante igualmente de direita? Porque a palavra-chave do momento é a ‘democracia’, e não é só o socialismo que o jornalismo conservador combate, mas também o extremo oposto, o fascismo, e outros regimes que mesmo sendo de direita não respeitam eleições nem constituições, como é o caso do governo de Batista.

Até aqui, podemos perceber o quanto a idéia da Tradição Seletiva de Williams permeia toda a discussão. Ela se produz não só nos recortes feitos por Kamel no livro de Schmidt, na visão incompleta da História e atualidade russa e cubana, mas também no emprego da expressão ‘democracia’. O vocábulo é utilizado hoje em dia como sinônimo de ‘capitalismo’ e, além disso, diz respeito a governos que mantêm eleições livres e possuem uma constituição. São governos tidos como ‘modernos’ por seus defensores; estes têm pavor de um Estado forte e prescrevem a todo instante a política do livre mercado. Veneram a livre imprensa e ficam horrorizados com atitudes nacionalistas, que segundo eles, só servem para prejudicar os negócios e conduzir a pátria ao ‘atraso’. É claro que ‘democracia’ engloba muitos outros significados que não foram escritos aqui, mas estes mencionados acima são tão defendidos que praticamente converteram-se em ‘dogmas’. Mais uma vez a Tradição Seletiva da imprensa conservadora encarregou-se de apagar da democracia outros sentidos importantes: não é só o direito ao voto e à igualdade jurídica que contam, onde estão os direitos à alimentação, moradia, vestuário, educação, saúde, dentre outros? Desde quando democracia é sinônimo de capitalismo e antônimo de socialismo? Marx e Engels quando definiram o que seria o socialismo e a etapa posterior classificada como comunismo, não tinham em mente regimes opressores como o soviético ou o norte-coreano. Se há liberdade de imprensa no Brasil, por que o jornalismo de esquerda não tem muito espaço e nem sequer um canal forte para rebater a direita? Se o jornalismo é ‘imparcial’, por que a esquerda é mais atacada do que defendida?

Ensino da Revolução Cubana por Carlos Guilherme Mota, Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo

A bibliografia de Mota (1986) é repleta de importantes trabalhos historiográficos, como a já mencionada *Da guerrilha ao socialismo*, de Florestan Fernandes. Ele utiliza sua bibliografia no decorrer do capítulo, principalmente Fernandes (1979), de quem adotou a expressão ‘neocolônia’ para classificar Cuba antes da revolução. Mota (1986) chega a citar um artigo do jornal *O Estado de São Paulo* sobre o ataque ao quartel de Moncada em 1953, acontecimento no qual ele não discorre muito:

Em julho de 1953 ocorreu o ataque ao quartel Moncada. O ataque fracassou e os guerrilheiros são condenados a vinte e dois meses de prisão, pedindo posteriormente asilo ao México. Tornava-se evidente que a revolução latente começava a tomar a forma de uma guerra civil (MOTA, 1986: 414).

Vicentino e Dorigo (2003) igualmente lidam com uma bibliografia vasta assim como Mota (1986), e também empregaram o livro de Florestan Fernandes em suas assertivas. Contudo, por serem descrentes quanto ao imperialismo, rejeitam a idéia de Fernandes (1979) sobre o nacionalismo de burgueses radicais no século XIX que combatiam a influência dos EUA. Os autores, não obstante possuírem bons livros estão sem nenhuma obra a respeito de Che Guevara, e por essa razão cometeram certos equívocos em relação à sua pessoa:

Em 1962 (grifo do autor), em plena atmosfera de Guerra Fria, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA), sob acusação de que disseminava a subversão pelo continente, embora contasse com aliados de peso na América, como o México. Simultaneamente, Kennedy lançou para a América Latina a **Aliança para o Progresso**, um programa de ajuda econômica que veiculava ideais norte-americanos, numa tentativa de combater as influências da Revolução Cubana sobre outras regiões do continente.

O isolacionismo forçado de Cuba levou o governo de Havana a apoiar os movimentos guerrilheiros que ocorriam em diversos pontos do continente, buscando subverter os poderes estabelecidos aliados aos Estados Unidos. Na Bolívia, Colômbia e países centro-americanos, atuava pessoalmente o líder da revolução cubana, “Che” Guevara, que acabou morto em outubro do mesmo ano na Bolívia (grifos do autor) (VICENTINO, DORIGO, 2003: 579).

As citações não deixam dúvidas. Nas biografias do guerrilheiro (ANDERSON, CASTAÑEDA e TAIBO II) não há indícios de que ele tenha agido na Colômbia e em nações da América Central após o triunfo revolucionário em Cuba. Che não era ‘o líder da Revolução Cubana’ e sim Fidel Castro. A morte de Guevara foi no ano de 1967, e não em

1962. Antes de escreverem esses equívocos, Vicentino e Dorigo (2003) colocaram Fidel e Che como líderes da Revolução Cubana, o que está correto, embora o médico argentino estivesse mais precisamente em terceiro lugar, pois o segundo no comando era o sucessor de Fidel, seu irmão Raúl. De acordo com Anderson (1997: 449), muitos observadores consideravam Che Guevara o “*braço direito*” do *jefe supremo de la Revolución*.

A forma ideológica do pensamento de Mota (1986) resume-se a uma fórmula: ‘equilíbrio entre a esquerda e a direita’. Na História a idéia de ‘neutralidade’ caiu por terra desde que a Escola dos *Annales* começou a funcionar em 1929, derrubando aos poucos o positivismo que reinava absoluto na disciplina, pregador da busca à ‘verdade única’ nos documentos por meio de julgamentos ‘imparciais’ que conduziriam o historiador à ‘realidade dos fatos’. É perfeitamente possível tentar reunir lados opostos com vias de tornar mais denso um trabalho ou pesquisa, mas a posição de quem escreve pode ser revelada em simples detalhes. O autor em questão classificou Cuba de “*feitoria agroindustrial moderna dos EUA*” (MOTA, 1986: 411) e relatou o dilaceramento do país pela obrigatoriedade em manter-se como um mero fornecedor de substâncias brutas, onde o destaque estava para o açúcar, cujo reinado definharia durante a crise de 1929. Mota (1986) afirma que a senda antiimperialista foi fundamental para acabar não somente com a “*descolonização final e total*”, mas também para livrar-se da “*tutela burguesa*” (MOTA, 1986: 413). À primeira vista, Mota (1986) empreende uma análise de cunho marxista, contudo não é bem assim. Percebe-se isso quando o autor transcreve uma citação do historiador inglês Barraclough:

Quais são as perspectivas de uma apreciação realista da revolução de Castro em Cuba, se a considerarmos, unicamente, como manifestação do ‘comunismo internacional’ e não a relacionarmos com os movimentos paralelos em outras regiões do mundo subdesenvolvido, ou com a longa e intricada história das relações entre os EUA e Cuba desde 1901? (BARRACLOUGH, *apud* MOTA, 1986: 417).

Barraclough delinea a necessidade de se estudar a História de Cuba e seus desdobramentos no mundo, ao invés de se focar a atenção em classificações comprometidas com as ideologias da guerra entre capitalismo e socialismo. Ora, se Mota (1986) cita este historiador sem criticá-lo, é porque obviamente concorda com ele. Logo, crê que o liberalismo não é o caminho; suas leituras de Fernandes (1979) e ataques ao colonialismo e imperialismo evidenciam o fato. No entanto, tampouco acredita no socialismo, pois despreza a influência marxista na revolução. Para Mota (1986: 413), a queda do sistema neocolonial ocorreria obrigatoriamente por via armada, visto que este mesmo

sistema sustentava-se através de braços militares. Já que o autor vê a razão da revolução na dominação desumana dos EUA, nas constantes ditaduras, e desconsidera o papel da teoria de Marx no processo revolucionário, então ele sutilmente pespega que se houvesse democracia, a Revolução Cubana teria outro rumo. Ou melhor dizendo, nem seria necessária uma revolução.

Quanto à questão ideológica, Vicentino e Dorigo (2003) não são claros quanto ao papel da burguesia (na verdade nem a mencionam) e ignoram completamente o imperialismo, como se não tivesse nada a ver com Cuba. Sentenciam que a ilha é um Estado em decadência após a queda da URSS, e que as conquistas sociais do regime cubano estão “*inválidas*” por causa das coações por reformas e o aumento do embargo estadunidense (VICENTINO, DORIGO, 2003: 580).

Em termos pedagógicos, Mota (1986) é o único dos autores analisados neste artigo que conseguiu a difícil proeza de revelar as injustiças e verdades sobre o colonialismo e imperialismo, sem enveredar a um marxismo ou liberalismo de modo profundo. Sua linguagem é convencional, sem gírias, no entanto resume demais a Revolução Cubana, embora tenha abordado consideravelmente a ilha no século XIX. Faltou detalhar a luta na *Sierra Maestra*.

A pedagogia de Vicentino e Dorigo (2003) também procurou estabilizar a esquerda e a direita. Ainda que os autores estejam mais à direita, pelo fato de não falarem da burguesia nem do imperialismo durante o ensino da Revolução Cubana, eles pelo menos reconhecem a impossibilidade de haver neutralidade:

Finalmente, achamos importante que você perceba que a história, como área do conhecimento humano, não enuncia verdades prontas ou acabadas: a idéia de “conhecer o passado como ele *realmente* foi” simplesmente não existe. Pretendemos que você entenda e desvende como se constrói e constitui o próprio conhecimento histórico, que perguntas são feitas, que problemas ou limitações existem para os especialistas. Queremos que você compreenda a impossibilidade de existir conhecimento neutro em ciência (VICENTINO, DORIGO, 2003: 03).

Assim como Mota (1986), Vicentino e Dorigo (2003) utilizam uma linguagem convencional, mas o que chama a atenção e os diferencia dos demais autores analisados neste trabalho é a dedicação de um capítulo à periodização histórica. O tempo pode-se afirmar sem sombra de dúvida, é a ‘coluna vertebral’ da História. Se os estudantes não forem bem preparados para construir e desconstruir historicamente uma linha temporal básica nos moldes cristãos, que são seguidos até hoje, dificilmente poderão compreender a

disciplina. Logicamente não se está propondo desconsiderar periodizações de outros povos, afinal de contas a História não gira em torno só da Europa. Vicentino e Dorigo (2003) reconhecem muito bem esse fator:

O primeiro passo para superar o eurocentrismo na história é conhecê-lo historicamente, torná-lo objeto de estudo, desvendando como foram feitas as escolhas e definidos os temas que constituíram a história que ensinamos hoje. Mais do que essa contextualização, pretendemos nesta obra tentar compreender o significado do que não é europeu em nossa formação e na formação do mundo atual. Essa é hoje também uma preocupação de europeus e norte-americanos diante de suas próprias populações cada vez mais multiculturais e submetidas ao processo de integração das comunicações oriundo da chamada globalização (VICENTINO, DORIGO, 2003: 17).

Entretanto, a despeito desse reconhecimento, a História da Revolução Cubana por Vicentino e Dorigo (2003) está muito resumida, e esse é um ponto que conflui com o livro de Mota (1986). Trata-se de um processo histórico muito importante para ser discutido em poucas páginas, e a falta de livros sobre Che Guevara, mais as informações errôneas a seu respeito, deixam a desejar. Uma das poucas diferenças entre os autores é que Mota (1986) se dá conta de que o imperialismo e a burguesia foram os entraves que impediram Cuba de seguir outro caminho a não ser o da luta armada. Já Vicentino e Dorigo (2003), mesmo construindo um capítulo sobre o imperialismo, não o associaram diretamente à eclosão revolucionária. Acreditam que a Revolução Cubana foi fruto da pobreza que sucessivos regimes ditatoriais implantaram na ilha:

O nacionalismo em Cuba confinava-se aos setores radicais da população. Com efeito, após a década de 1930, o nacionalismo torna-se expressão dos interesses das classes possuidoras e das classes trabalhadoras. A necessidade de extirpar o neocolonialismo em todos os níveis implica, assim, o fracasso dessa vertente. A revolução latente deixara de ser uma revolução puramente política para se transformar na construção de uma ordem social nova e socialista. A libertação nacional e antiimperialista andava de mãos dadas com a revolução democrática. Esse fator imprime à situação revolucionária em Cuba os ritmos e os alvos das revoluções proletárias do século 20 (União Soviética, China) (MOTA, 1986: 412).

A Revolução Cubana, no contexto da América Latina, foi uma via específica da solução aos problemas de miséria e ditadura produzidos pelo subdesenvolvimento, cujas soluções apontavam para o não-alinhamento automático com os Estados Unidos durante o período da Guerra Fria (VICENTINO, DORIGO, 2003: 580).

Para encerrar devidamente este segundo capítulo, convém fazer uso novamente da idéia de Williams sobre hegemonia, trabalhada da página 11 a 14. Os livros didáticos ‘História Moderna Contemporânea’, de Carlos Guilherme Mota e ‘História para o ensino

médio: História geral e do Brasil’, de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, representam a hegemonia do capitalismo. Mas por quê? Porque os dois autores simplesmente enxergam a Revolução Cubana como fruto de ditaduras antidemocráticas sem levar em consideração a luta de classes e o imperialismo. Essa visão de que a revolução foi a ‘explosão’ do ressentimento popular devido a governos que não respeitavam eleições nem constituições é predominante na sociedade brasileira, difundida pela imprensa, que costuma ser mais severa com a Revolução Cubana do que os materiais didáticos. Isso se explica no tratamento conferido a Fidel Castro: geralmente a imprensa o retrata como um ‘ditador’; já os livros didáticos de Carlos Guilherme Mota, Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo são muito sutis ao mencionar o líder cubano: Mota mostra no seu livro um artigo do jornal *O Estado de São Paulo* que fala de Castro como um rebelde que após tomar o poder, não pensaria mais em abandoná-lo (MOTA, C.G., Op.Cit: 414). Já Vicentino e Dorigo simplesmente rotulam Fidel como um ‘líder’, evitando recorrer a palavras contundentes.

Levando em conta a noção de Williams sobre hegemonia, Mota de certa forma absorveu alguns elementos da contracultura, que deram sustentação a sua visão de Cuba, embora tenham obscurecido sua posição ideológica. E quais foram esses elementos? As expressões ‘burguesia’ e ‘imperialismo’, apropriadas pelo marxismo, que é uma forma de contracultura. Obviamente essas expressões não nasceram no marxismo, mas fazem parte do vocabulário da esquerda, que interpreta a burguesia como uma classe a ser combatida e o imperialismo como uma política dos países ricos. A direita, consciente da conotação pejorativa que o termo ‘burguesia’ adquiriu, prefere não utilizá-lo porque não se identifica com ele, entretanto faz uso dele quando tem necessidade de ridicularizar a esquerda. Já o imperialismo, expressão surgida no século XIX através de estudos de economistas alemães e ingleses, alguns de esquerda, é o exemplo mais marcante do poder de reapropriação do capitalismo: o velho termo hoje em dia é tido como um ‘chavão’ em desuso, um ‘palavrório’ típico de esquerdistas que não se conformam com o triunfo da globalização e do livre mercado. Mota, de uma maneira bem curiosa, criticou no seu livro didático a burguesia cubana e o imperialismo estadunidense, com um rigor característico do marxismo. Contudo, deixou de considerar o peso que as obras de Marx e Engels tiveram na Revolução Cubana. Por essa razão é que a análise de Mota foi a parte mais árdua do artigo.

Considerações finais

No segundo capítulo deste trabalho discutiu-se brevemente a questão da ‘neutralidade’ em História, e ela foi desconstruída pelo presente artigo, que desvelou os matizes da escrita de Mario Schmidt, Elza Nadai e Joana Neves, Carlos Guilherme Mota, Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo.

Em nenhum momento pretendeu-se chegar a respostas e classificações definitivas a respeito dos autores e seus livros didáticos, pois este trabalho se reveste de um caráter simples, cujo objetivo é levantar novas questões e servir como apoio a outras pesquisas que queiram analisar o mesmo tema, e talvez, os mesmos livros didáticos.

Raymond Williams é um autor difícil de ser entendido integralmente. Talvez essa dificuldade resida no fato de que ele não vê a História de forma fragmentada, tendo uma visão complexa das partes e vendo em cada partícula inúmeras conexões que conduzem a um todo que só o autor e aqueles que o compreendem conseguem enxergar com perfeição. Entretanto, se considerarmos a História pessoal de Williams, levaremos conosco um grande exemplo de que as maiores dificuldades na vida são colocadas por nós mesmos e não pelos outros.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Jon Lee. *Che Guevara: uma bibliografia*. Tradução de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

BLANCO, Abelardo; DÓRIA, Carlos A. *Revolução cubana: de José Martí a Fidel Castro (1868 – 1959) – Tudo é história*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CASTAÑEDA, Jorge. *Che Guevara: a vida em vermelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

D’ÁVILA, Kathy Lory lung. *A Revolução Cubana através da Imprensa Brasileira- “O Estado” e “Diário da Tarde” (1958-1962)*. 2004. 86p. Tese (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Nós dizemos não*. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

KAMEL, Ali. *O que Ensinam às Nossas Crianças*. Disponível em: {<http://www.viomundo.com.br/arquivo/contraponto/o-que-ensinam-as-nossas-criancas/>}. Acesso em: 16 jul.2010.

MORAIS, Fernando. *A ilha: (um repórter brasileiro no país de Fidel Castro)*. 17. ed. São Paulo: Afa-Omega, 1980.

MOTA, Carlos Guilherme. *História Moderna Contemporânea*. São Paulo: Moderna, 1986.

NADAI, Elza; NEVES, Joana. *História Geral: Moderna e Contemporânea*. 2º grau. São Paulo: Saraiva, 1989.

RAMONET, Ignacio. *Fidel Castro: Bibliografia a duas vozes*. Tradução Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2006.

SADER, Emir. *A revolução cubana: coleção polêmica*. São Paulo: Moderna, 1985.

SCHMIDT, Mario. *Nova História Crítica: volume ensino médio*. São Paulo: Nova Geração, 2007a.

_____. *Manual do professor: Nova História Crítica: volume ensino médio*. São Paulo: Nova Geração, 2007b.

_____. *O livro didático que a Globo quer proibir*. Disponível em: {http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=23791&id_secao=10}. Acesso em 17 jul.2010.

SZULC, Tad. *Fidel: um retrato crítico*. Tradução de Jusmar Gomes. São Paulo: Best Seller, 1987.

TAIBO II, Paco Ignácio. *Ernesto Guevara: também conhecido como Che*. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

Últimos Comentários. Disponível em: {<http://www.viomundo.com.br/arquivo/contraponto/o-que-ensinam-as-nossas-criancas/>}. Acesso em: 17 jul.2010.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História para o ensino médio: História geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2001.

Recebido em: 17/07/2010

Aprovado em: 02/12/2010